



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem Derivações — Se você **remixar, transformar ou criar a partir** do material, você não pode distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

NoDerivatives — If you **remix, transform, or build upon** the material, you may not distribute the modified material.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or **technological measures** that legally restrict others from doing anything the license permits.

II Encontro de Aprendizagem Lúdica



ANAIS - 18 e 19 de novembro de 2016

REALIZAÇÃO



GEPAL
Grupo de Estudos e Pesquisas
Sobre Aprendizagem Lúdica

APOIO



Universidade de Brasília



fapdf
Fundação de Apoio à
Pesquisa do Distrito Federal



II Encontro de Aprendizagem Lúdica

Anais

18 e 19 de novembro de 2016

ORGANIZAÇÃO

Antônio Villar Marques de Sá

Cleia Alves Nogueira

Bárbara Ghesti de Jesus

Brasília – DF

Faculdade de Educação

2017

Projeto gráfico e diagramação: Walner Pessoa
Ilustração da capa: Keila Cristina Araújo Reis
Revisão: Antônio Villar Marques de Sá e Danuzia Queiroz
Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II EAL

Antônio Villar Marques de Sá - Presidente
Alessandra Lisboa da Silva
Américo Junior Nunes da Silva
Ana Brauna Souza Barroso
Bárbara Ghesti de Jesus
Cleia Alves Nogueira
Dayse do Prado Barros
Eurípedes Rodrigues Neves
Josinalva Estacio Menezes
Keila Cristina Araújo Reis
Luiz Nolasco de Rezende Júnior
Marcos Paulo Barbosa
Maria Auristela Barbosa Alves de Miranda
Maria Dalvirene Braga
Mônica Regina Colaço dos Santos
Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
Simão de Miranda
Virgínia Perpetuo Guimarães Pin
Wesley Pereira da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA DO II EAL

Antônio Villar Marques de Sá - Coordenador
Alessandra Lisboa da Silva
Américo Junior Nunes da Silva
Josinalva Estacio Menezes
Luiz Nolasco de Rezende Júnior
Marcos Paulo Barbosa
Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
Simão de Miranda

ISBN versão impressa: 978-85-5983-001-9
ISBN versão eletrônica: 978-85-5983-002-6

Ficha catalográfica

S456e Encontro de Aprendizagem Lúdica (2. : 2016 : Brasília).
II Encontro de Aprendizagem Lúdica : anais, 18 e 19 de
novembro de 2016 [recurso eletrônico] / organização Antônio Villar
Marques de Sá, Cleia Alves Nogueira, Bárbara Ghesti de Jesus. -
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2017.

Documento em PDF.
ISBN 978-85-5983-002-6 (E-book).
Inclui bibliografia.

1. Aprendizagem. 2. Jogos educativos. 3. Brincadeiras -
Educação. I. Sá, Antônio Villar Marques de (org.). II. Nogueira,
Cleia Alves (org.). III. Jesus, Bárbara Ghesti de (org.). IV. Título.
V. Título: Anais do II Encontro de Aprendizagem Lúdica.

CDU 371.382

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
Faculdade de Educação - Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900 - Brasília -DF - Brasil

8 O PROFESSOR DE CRECHE E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA INFANTIL

- Paloma Pereira da Silva, UnB/ Graduanda de Pedagogia (paloma_barcellos@hotmail.com)
- Virgínia Honorato Buffman Borges, UnB/ Mestranda em Educação (virginiahbuffman@gmail.com)
- Maira Vieira Amorim Franco, UnB/ Mestranda em Educação (maira.vaf@gmail.com)
- Otília Maria A. N. A. Dantas, UnB/ Professora da FE (otiliadantas@unb.br)

1 RESUMO

É inegável a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças, tendo em vista que sua função social é estimulá-las garantindo-lhes acesso às várias linguagens, à aprendizagem, à sua inserção social, dentre outros. Pela Educação Infantil as crianças, principalmente aquelas que se encontram na creche, começarão a desenvolver a sua autonomia de forma equilibrada respeitando a si e ao próximo. Para que esse processo atinja a sua forma máxima torna-se necessário o professor, sendo o mediador e estimulador de conhecimentos, entender como lidar com os processos de ensino e aprendizagem que levem a formação da autonomia da criança. Este trabalho visa compreender a influência do professor de creche no processo de construção da autonomia da criança. Considerando que se trata de um estudo inicial, a metodologia empregada pautou-se em estudos bibliográficos no intuito de explicitar as categorias teóricas em documentos oficiais, em Abramowicz e Vandembroeck (2015), em Freire (1996), em Oliveira (1992), em Ramos (2008) etc. Os resultados iniciais apontaram que as crianças na Educação Infantil mostraram capacidade para desenvolver plenamente sua autonomia cabendo ao professor explorar as suas potencialidades.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professor. Autonomia.

2 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em parceria com o PNE/2001 (Plano Nacional de Educação), trouxeram uma inovação em seus textos de lei ao negarem o caráter puramente assistencialista das creches. A partir de então, as creches passaram a ser consideradas como a primeira etapa da Educação Básica, tendo por objetivo o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança. Os atendimentos em creches ou instituições similares são oferecidos para crianças de até 3 anos de idade e, posteriormente, em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos. Vejamos o que diz a Lei:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996).

Então verificamos que a função principal da creche é estimular o desenvolvimento integral das crianças, garantindo que cada uma delas tenha acesso à aprendizagem de diversas linguagens, à construção de conhecimentos, além do direito à proteção, à dignidade, à brincadeira, à convivência, ao respeito, à saúde, à liberdade e a interação com outras crianças e adultos.

Sabendo das especificidades da creche frente à educação infantil nosso objetivo neste trabalho é compreender a influência do professor de creche no processo de construção da autonomia da criança. Metodologicamente optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, em uma instituição de ensino de Educação Infantil, localizada na cidade satélite de Sobradinho no Distrito Federal por acreditar que:

[...] Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995, p. 21).

Como método de pesquisa nos apoiamos, primeiramente, em um estudo bibliográfico por acreditar, consoante a Carvalho e outros (2004), que a pesquisa bibliográfica é amplamente alicerçada em profundas bases teóricas cujo objetivo é proporcionar ao pesquisador o acesso a toda pesquisa anteriormente registrada. Posteriormente, passaremos a uma sequência de observações a fim de registrar sinais de autonomia nas crianças pesquisadas no decorrer do trabalho, bem como realizaremos entrevistas com o professor regente para verificar suas concepções sobre tais avanços e a influência que ele considera exercer neste processo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e abrange desde o nascimento até a idade em que a criança ingressa no Ensino Fundamental. É duplamente protegida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sendo tanto direito subjetivo das crianças com idade entre zero e cinco anos (art.208, IV), como direito dos trabalhadores urbanos e rurais em relação a seus filhos e dependentes (art.7º, XXV). Ela é oferecida em Creches para as crianças de até três anos e em Pré-escolas para as de quatro e cinco anos de idade. Segundo o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até 05 anos em seus aspectos físico psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e comunidade”, ou seja, o seu objetivo principal é estimular o desenvolvimento integral das crianças, garantindo que cada uma delas tenha acesso à aprendizagem de diversas linguagens, à construção de conhecimentos, além do direito à proteção, à dignidade, à brincadeira, à convivência, ao respeito, à saúde, à liberdade e a interação com outras crianças e adultos.

Quanto à formação do docente para atuar na educação infantil a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em Nível Médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Então, verificamos em lei a necessidade de uma formação inicial e continuada para que o docente possa adquirir competência para atuar na Educação Infantil, uma vez que ele necessita

estar de posse de vários saberes pedagógicos, da prática do estágio e da troca de experiência entre seus pares para compreender o complexo processo do desenvolvimento e aprendizagem infantil. A formação docente não se constitui apenas dos conhecimentos formais adquiridos na formação inicial, mas de todas suas experiências vivenciadas e compartilhadas ao longo de toda a sua vida profissional. É, assim, um ato de constante renovação considerando que, enquanto houver prática pedagógica, haverá, sempre, saberes docentes constituídos.

Para as crianças de 0 a 3 anos de idade o local de desenvolvimento e cuidado sugerido por lei é chamado de Creche. Historicamente a função da creche se restringia basicamente ao oferecer cuidados aos menores. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de dezembro de 1996, trouxe a inovação ao atribuir a esta instituição a função intrínseca de cuidar e educar. De acordo com Abramowicz e Vandebroek (2015, p. 39) “a creche é um espaço de socialização de vivências e interações”. Ela é também um lugar de cuidados e educação. Por isso, este ambiente precisa ser seguro, rico em estímulos, capaz de desenvolver valores, hábitos e atitudes, tais como amor, respeito, tolerância e solidariedade.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) há diferenças entre educar e cuidar (Quadro 1).

Quadro 1. Diferenças entre educar e cuidar para os RCNEI.

EDUCAR
[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (RCN, 1998, p. 23).

CUIDAR

[...] significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (RCN, 1998, p. 24).

Cuidar e educar são ações distintas, mas que se entrelaçam, fazendo com que uma seja pertencente a outra. Então, o docente ao trabalhar em uma creche dentro da perspectiva da nova LDB deve buscar a constante integração entre o cuidar e o educar proporcionando um espaço capaz de suprir as necessidades básicas de uma criança, de explorar todas as potencialidades e emoções do infante e rico de múltiplas interações.

Ao passo que as potencialidades infantis vão sendo trabalhadas, a criança começa a perceber que a existência dela é independente a do outro e começa uma busca pelo desenvolvimento de sua identidade e autonomia.

A autonomia, conforme Cabral (1996), é uma independência, ausência de imposições, influências externas, bem como ausência de limitações e incapacidades que impedem ou diminuem a liberdade de decisão. Ou seja, “a autonomia é a base da dignidade de todo o ser humano, sendo o princípio fundamental da vida moral e da identidade da pessoa” (RAMOS, 2008, p. 2). É o que permite as crianças assumirem seus próprios atos e agirem a favor da sua vontade sendo responsável pelas suas ações. Segundo Ramos (2008), autonomia é o fundamento principal da moralidade e por isso representa a condição do ser racional e emocional. Porém, é interessante ressaltar que apesar da criança ainda estar em construção biopsicossocial e histórica, ela é capaz de tomar decisões conforme a sua consciência.

A autonomia não é intrínseca ao sujeito. Ela é fruto de um processo longo e complexo de desenvolvimento humano, no qual o principal ator é o próprio aprendiz. Paulo Freire (1996, p. 107) afirmou que: “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia

vai se constituindo na experiência de várias inúmeras decisões que vão sendo tomadas”. Para tanto, a criança necessita ser educada para que consiga formar a sua própria identidade e melhorar a sua habilidade de lidar com essa autonomia.

Desta forma, a atitude do professor em criar momentos e situações favoráveis ao desenvolvimento da autonomia é de extrema importância. Principalmente para as crianças que frequentam a creche, pois, será neste ambiente que passarão a maior parte do seu dia e aprenderão a lidar com algumas situações práticas rotineiras e desenvolverão habilidades interpessoais com crianças e adultos fora do convívio familiar. Novamente Freire (1996, p. 107) advertiu que “Uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada na experiência estimuladora da decisão e da responsabilidade, vale dizer em experiência respeitosa da liberdade”.

Diante disso, considera-se que o professor é peça chave na contribuição desse desenvolvimento, trabalhando em conjunto com a família, tendo em vista ser o primeiro grupo social com quem a criança tem contato. Ao professor cabe trabalhar segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação (BRASIL, 1998, p. 16-17):

Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.

Ao desenvolver sua prática pedagógica dentro da dialética de cuidar e educar, o professor deve desenvolver seu trabalho aberto a todos os questionamentos, indagações, perguntas e curiosidades dos alunos, para que assim se crie um ambiente favorável para a construção ou produção do conhecimento das crianças e não se faça do ato de aprender um processo unilateral de transmissão de conhecimento.

O espaço escolar/creche deve incentivar os alunos a desenvolverem todas as suas experiências corporais, alternativas, sociais, sendo totalmente passível de mudanças que acompanhem as necessidades e trajetórias das crianças: Segundo Oliveira (1992, p. 29), a criança que interage com o seu meio, modifica este espaço ao mesmo tempo em que é modificada por ele, principalmente quando ocorre a interação com outros sujeitos. Para que possa haver a interação entre o meio e os sujeitos o trabalho docente na Educação infantil exige competência prática e teórica capaz de manejar saberes para atuar em situações múltiplas e dinâmicas buscando desenvolver sua prática com competência e responsabilidade social. Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 30):

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. Para isso, o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização.

Ao planejar, o docente deve promover atividades que possam ser executadas diretamente pelas crianças ou através do auxílio de seus colegas, oportunizando a participação intensiva e integral das crianças no cotidiano das aulas. Com isto acaba oportunizando a interação entre eles e o desenvolvimento do respeito mútuo. Então, percebemos que o papel do professor na creche é articular o processo de ensino e aprendizagem de forma que possa trabalhar todos os aspectos necessários ao desenvolvimento infantil por meio de um rico e prazeroso processo de interação social, onde a diversidade e o respeito sejam contempladas durante a formação dessas crianças visando a sua formação cidadã e autônoma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos mencionados percebe-se que a escola, em especial a Educação Infantil, é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, tendo em vista que seu objetivo principal é a oportunidade de acesso às várias linguagens existentes, à aprendizagem, à construção do conhecimento, dentre outros de modo estimulante e autônomo. Além disso, é neste ambiente que as crianças, principalmente as que se encontram na creche, começarão a desenvolver a sua autonomia de forma equilibrada, aprendendo a respeitar o próximo e a si mesmo. Mas, para que esse processo atinja a sua forma máxima é necessário que o professor, sendo este o mediador e estimulador de conhecimentos, entenda como ocorre o desenvolvimento da autonomia na criança e trabalhe em conjunto com todos os que estão em volta das crianças, em especial a família, por ser esse o primeiro grupo social que a criança tem contato e cria laços afetivos.

Portanto, a função do professor na creche, frente ao desenvolvimento da autonomia da criança, é organizar seu trabalho de forma a oferecer situações concretas de vivência cotidianas de maneira responsável sempre pautadas no amor, carinho e respeito.

Lembrando da necessidade de chamar a atenção dos pequenos a breves reflexões sobre comportamentos inadequados destes, para que assim, os infantes possam ter a possibilidade de superar as fases de desenvolvimento da moralidade propostas por Piaget em busca de sua real autonomia. Por fim, acreditamos que a autonomia infantil é trabalhada na interação social, por meio da ludicidade e de experiências do cotidiano, valorizando e respeitando as ações desenvolvidas pelas crianças, sempre estimulando-as a superarem novos obstáculos e desafios.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (Org.). *Educação Infantil e diferença*. Campinas: Papirus, 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 1998. v. 1.

_____. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2010.

CABRAL, Roque. Os Princípios de Autonomia, beneficiência, não maleficiência e justiça. In: ARCHER, Luís; BISCAIA, Jorge; OSSWALD, Walter. *Bioética*. Lisboa: Editorial Verbo, 1996. p. 53-58.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. *Pesquisa Bibliográfica*. Goiânia, 16 jun. 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOY, Arlinda S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. et al. *Creches: crianças faz de conta & Cia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

RAMOS, Tânia Catarina Barbosa. *A intervenção na criança /jovem em risco: um percurso a construir*. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Medicina, Dissertação de Mestrado em Bioética, 2008.